

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO CAMPO: as transformações na produção e no trabalho na cafeicultura do Planalto da Conquista, Bahia¹

CAPITAL PRODUCTIVE RESTRUCTURING IN THE COUNTRYSIDE: production and work's transformations in coffee plantations of Planalto da Conquista, Bahia

Aurelane Alves Santana

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
aurelanesantana@gmail.com

Resumo

O Planalto da Conquista, importante região produtora de café da Bahia, tem passado, nos últimos anos, por um conjunto de transformações em sua estrutura produtiva agrícola. Essas mudanças, intrínsecas à maior utilização de tecnologias nas lavouras pelos grandes produtores, tem provocado uma intensa dispensa do proletariado rural da região. De uma atividade que historicamente absorvia grande contingente de força de trabalho, principalmente na fase da colheita, a cafeicultura conquistense do século XXI, dotada de tecnologia, vem sendo responsável pelo aumento sem precedentes da precarização do trabalho e do desemprego no campo. Diante disso, este texto traz a leitura das transformações na produção cafeeira provenientes dos avanços tecnológicos e a discussão dos rebatimentos desse processo sobre o trabalho.

Palavras-chave: Cafeicultura. Tecnificação da produção. Trabalho. Precarização do trabalho. Desemprego.

Abstract

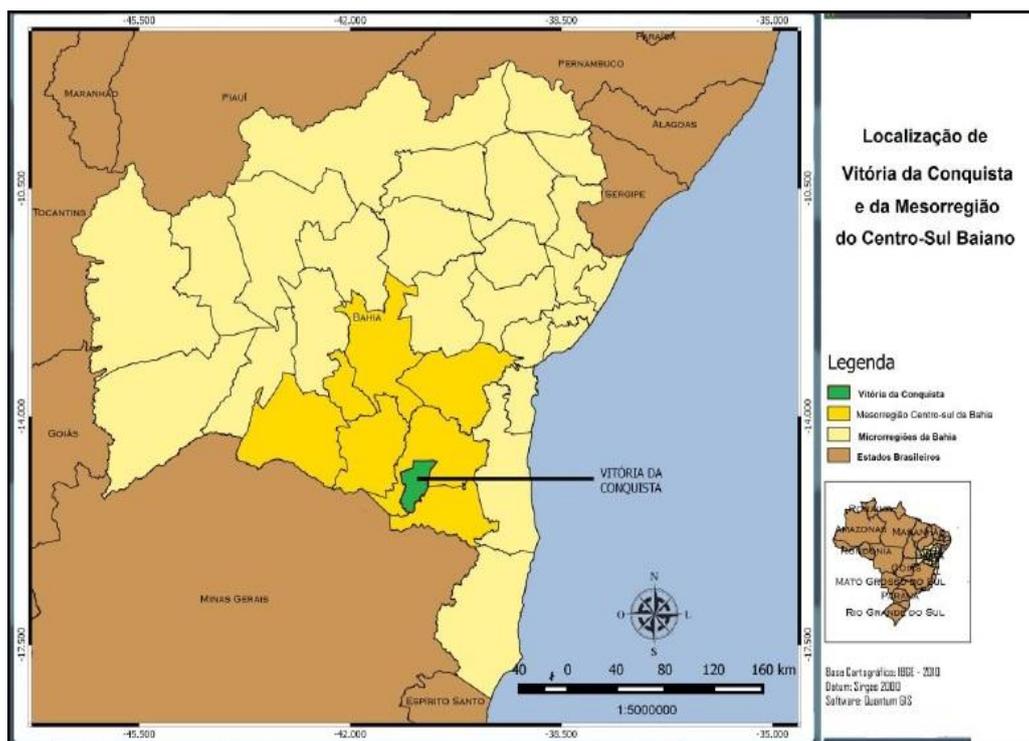
The Planalto da Conquista, an important coffee producing region in Bahia, has undergone, in recent years, a series of transformations in its agricultural production structure. These changes, intrinsic to the greater use of technologies in the plantations by the big producers, have been provoking an intense dispensation of the rural proletariat of the region. From an activity that historically absorbed a large contingent of labor force, especially in the harvest phase, the Planalto da Conquista's coffee-growing of the twenty-first century, equipped with technology, has been responsible for the unprecedented increase in precariousness and unemployment in the countryside. Based on that, this text reveals the transformations in coffee production that come from the technical advances and the discussion of the impacts of this process on the work.

Keywords: Coffee-growing. Technification of production. Work. Precariousness of work. Unemployment.

Introdução

A cafeicultura no Planalto da Conquista, Bahia (mapa 1), iniciada na década de 1970 e desenvolvida sob os parâmetros da modernização da agricultura teve como basilar na manutenção e funcionamento de todo o seu processo produtivo o trabalho de homens, mulheres e crianças. Mesmo servindo-se de insumos agrícolas modernos, a maioria das atividades rurais nos cafezais (capinas, adubação, controle de pragas e enfermidades, conservação do solo, trabalho nos viveiros, etc.) era realizada, primordialmente, pela força de trabalho humana, exigindo durante todo o ano um grande contingente de trabalhadores disponível para o trabalho na cultura do café (CEPLAB, 1979).

Mapa 1: Localização de Vitória da Conquista e da Mesorregião do Centro-Sul baiano (Planalto da Conquista).



Fonte: Base cartográfica IBGE – 2010

Autor: ARAÚJO, Lucas.

Essa realidade começou a mudar a partir da década de 1990 e, sobretudo, nos anos 2000 quando o capital e o seu domínio sobre o processo de produção, não mais restritos ao mundo fabril, forjou estratégias mais eficazes de expropriação, dominação e

apropriação do trabalho no campo com sérias consequências para a reprodução dos trabalhadores rurais.

Na atividade cafeeira conquistense essas transformações impulsionadas pela acumulação do capital começaram a tomar maiores proporções neste início de século, no exato momento em que o capital agrário expandiu as técnicas de produção de tal modo que provocou uma maior degradação do trabalhador rural e aumentou significativamente os índices de desemprego nessa região.

Esse desenvolvimento técnico, essencial para a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que ocasionou o esfacelamento laboral, tornou-se imprescindível para a inserção/manutenção dos grandes produtores no mercado competitivo e, conseqüentemente, para a ampliação das taxas de lucro. Contudo, os rebatimentos desse circuito acumulativo, atrelado aos avanços tecnológicos na produção, recaíram de maneira negativa sobre a classe trabalhadora historicamente submersa às mais variadas formas de ataques do capital.

Em face desses fenômenos, consta nesse texto, em um primeiro momento, a leitura das transformações da produção provenientes dos avanços técnicos na cafeicultura do Planalto da Conquista, e, em um segundo, a discussão dos impactos desse processo sobre a classe trabalhadora, que, para sobreviver, vendia a sua força de trabalho nas fazendas cafeeiras da região e que, hoje, se depara com condições laborais extremamente degradantes e/ou o desemprego.

Transformações na produção do café do Planalto da Conquista

Na região do Planalto, mais precisamente na área do Planalto da Conquista, os municípios produtores de café são Caatiba, Iguai, Nova Canaã, Boa Nova, Ibicuí, Barra do Choça, Encruzilhada, Itambé, Planalto, Poções, Ribeirão do Largo e Vitória da Conquista (figura 17). Contudo, segundo Soares (2011), apenas seis deles mantêm produção capaz de determinar e influenciar a economia local de maneira expressiva. São eles: Barra do Choça, Vitória da Conquista, Planalto, Encruzilhada, Poções e Ribeirão do Largo (tabela 1).

Tabela 1: Produção anual de café - Municípios do Planalto de Conquista/BA (2014)

Municípios em estudo	Área total dos estabelecimentos agrícolas (ha)	Área destinada (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)
Barra do Choça	58 750	18 600	18 600	21 204
Vitória da Conquista	190 478	10 000	10 000	8 000
Planalto	53 639	3 950	3 150	3 780
Encruzilhada	58 108	5 000	5 000	3 500
Poções	59 703	1 500	1 500	1 800
Ribeirão do Largo	59 619	2 500	2 500	800
Total	480 297	41 550	40 750	39 084

Fonte: Produção Agrícola Municipal (2014).

Organização: Humberto Júnior.

Conforme a tabela 1, Barra do Choça é o maior produtor de café da região do Planalto da Conquista, apresentando, em 2014, uma produção de 21.204 toneladas, número quase três vezes maior do que o que foi produzido em Vitória da Conquista nesse mesmo ano. Embora a área total de estabelecimentos agrícolas em Vitória da Conquista seja três vezes maior do que em Barra do Choça, a área destinada ao plantio do café nesse município é inferior ao de Barra do Choça, que possui 8.600 ha a mais que Vitória da Conquista.

Consta ainda na tabela 1, que Vitória da Conquista destaca-se por ser o segundo maior município produtor de café da região, com uma produção de 8.000 toneladas. Além disso, está localizada numa região que possui clima favorável ao desenvolvimento do cultivo, com temperaturas em torno de 15°C a 25°C, altitude entre 923 e 1.100 metros e índice pluviométrico médio anual de 717 mm. Esses fatores endofoclimáticos positivos, segundo Ortega e Jesus (2010), contribuem em muito para o desenvolvimento dos cafeeiros e para a garantia da qualidade do produto, devido à diminuta possibilidade de geadas.

O município conquistense concentra também, desde o início da década de 1970, toda a cadeia do agronegócio cafeeiro do Planalto, respondendo pela comercialização de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos, beneficiamento, armazenagem, comercialização e exportação do produto de toda a região, contando com a presença de grandes empresas exportadoras de café (SOARES, 2011).

Segundo Dutra Neto (2007), dentre os cultivos agrícolas realizados no município, a cafeicultura, entre os anos de 2000 e 2003, gerou uma receita de R\$11.632.500,00, sendo, ao longo dos anos, o principal produto exportado pelo município. Em 2010, o café beneficiado respondeu por 94,42% da pauta de exportações conquistenses, e em 2011, a 95,25%.

É importante ressaltar que a expressividade do café no setor exportador de Vitória da Conquista é decorrente da posição de centro de comercialização que assume em relação aos outros municípios do Planalto e, até mesmo, de outras regiões produtoras. Por isso, esse município configura-se como um polo receptor que aglutina, comercializa e exporta o seu próprio café, o de outros municípios, bem como o de outras regiões produtoras. Os principais países importadores são a Alemanha e os Estados Unidos (SANTANA JUNIOR, 2011), e o principal Bloco Econômico consumidor é a União Europeia (OIC, 2010).

Tabela 2: Evolução da produção do café em Vitória da Conquista (2006-2014)

Ano	Área destinada à colheita (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Valor da produção ¹
2006	10 000	8 000	7 200	25 920
2007	10 000	8 000	7 200	26 640
2008	10 600	8 000	7 200	26 856
2009	10 000	10 000	9 000	32 400
2010	10 000	10 000	6 600	23 760
2011	10 000	10 000	6 600	38 280
2012	10 000	10 000	5 600	30 800
2013	10 000	10 000	5 600	22 680
2014	10 000	10 000	8 000	28 800

Fonte: Produção Agrícola Municipal – PAM (2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014).

Organização: Humberto Júnior.

*O modelo de coleta utilizado pela PAM implica na apresentação final de dados uniformes e com poucas variações.

Ao analisarmos a tabela 2 sobre a evolução da produção do café em Vitória da Conquista entre os anos de 2006 a 2014, verificamos que a área destinada à colheita manteve-se constante, com uma alteração no ano de 2008, quando teve um aumento de 600 hectares em relação aos anos anteriores. No que se refere à área colhida pode-se

observar que a mesma dos anos de 2006 a 2008 correspondeu a 8.000 hectares, apresentando um aumento de 20% em 2009 e mantendo-se invariável nos anos subsequentes. Já a quantidade de café produzida no município, entre os anos de 2006 e 2008 não sofreu alteração, correspondendo a 7.200 toneladas do produto. Em 2009, o volume da produção obteve um acréscimo de 20%, se comparado ao ano anterior, tendo uma redução no ano seguinte de 36% e mantendo-se estável até 2011, quando decaiu novamente em 2012 para as 5600 toneladas produzidas. Sem ocorrer variação de volume até 2013, em 2014 a produção passa a corresponder ao equivalente de 8000 toneladas, ou seja, 30% a mais que a safra de 2013.

A manutenção de tais índices de produção tem se dado por meio do incremento tecnológico da produção, que, nos últimos anos, tem se mostrado muito mais intenso e eficiente. A intenção do agronegócio cafeeiro conquistense é ingressar na busca pela produtividade incorporada pelo capital no final do século XXI e, para tanto, começou a investir, a partir do ano de 2013, em máquinas colheitadeiras que diminuem os custos de produção com mão de obra e, conseqüentemente, a participação dos trabalhadores do processo produtivo.

Segundo Ortega e Jesus (2010), embora os avanços técnicos para a cafeicultura ainda estejam longe de alcançar os maquinários criados para os cultivos da soja e do milho, por exemplo, é cada vez mais comum a tendência ao desenvolvimento de cafeeiros mais resistentes às pragas e às doenças, de baixo porte, com galhos mais bem distribuídos ao longo do tronco e maturação mais uniforme que facilitem o deslocamento das máquinas nas lavouras, a preservação do equipamento e a qualidade do produto.

Além disso, a partir de 2014 os cafezais conquistenses passaram a ser organizados através da técnica do semi-adensamento (figura 1). Esse procedimento, que consiste em ampliar o número de cafeeiros e, conseqüentemente, aumentar a produtividade por hectare, requer lavouras espaçadas de 3,0 a 4,0 metros entre ruas e de 0,5 a 1,0 metros entre plantas. Em uma das fazendas estudadas, até o supracitado ano, a quantidade total de covas plantadas em 30 hectares de terra era de, aproximadamente, 50.000. Em 2015, nessa mesma área, o número de pés de café subiu para 124.000. Sobre as vantagens do semi-adensamento, um dos maiores produtores² da região explica:

Antes a gente não conseguia passar das 2.000 covas por hectare. Agora, com a ajuda dos agrônomos e dos estudos que vêm sendo realizado para o café, é possível abrir 4.000, 4.500 covas por hectare. O que é muito bom, porque a gente consegue produzir muito mais sem precisar comprar mais terra (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Figura 1: Lavoura de café do Planalto da Conquista em que foi aplicada a técnica de semi-adensamento



Fonte: Pesquisa de campo. Junho de 2015.

A aplicação dessa técnica visa planejar o plantio de modo que a locomoção das máquinas colheitadeiras e de outros equipamentos seja facilitada, pois, para uma boa operacionalização, precisam de uma topografia adequada (plana) e uma lavoura devidamente alinhada e espaçada, sem a presença de árvores em seu interior.

A capina manual, que era realizada três vezes ao ano no cultivo tradicional, vem sendo substituída pelas roçadeiras que controlam o tamanho da vegetação. Apesar disso, quando chega o período da colheita, são aplicados herbicidas que fazem a capina química, dispensando parte considerável da força de trabalho que seria empregada nesse tipo de serviço. A irrigação, realizada no momento da florada, ajuda no amadurecimento uniforme dos frutos e no melhor uso das máquinas colheitadeiras que não recolherão frutos verdes.

Um ponto importante em meio a esses avanços refere-se à topografia plana da região que permite o investimento nos mais variados instrumentos de trabalho. Esses equipamentos, em geral, preparam o solo, plantam, aplicam agrotóxicos e colhem,

umentando a velocidade das atividades executadas e reduzindo o emprego da mão de obra considerada onerosa pelos empresários agrícolas.

De acordo com o “Diagnóstico e propostas para a cadeia produtiva do café da Bahia”, financiado pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia (SEAGRI), o processo produtivo do café entre as regiões produtoras baianas tinha, em 2011, características específicas e problemas distintos que necessitavam de tratamentos diferenciados:

No Oeste, a cafeicultura é moderna, com irrigação, tecnologia de ponta, alta produtividade, porém com custos mais elevados que em outras regiões³. **O café produzido na Chapada e no Planalto é de qualidade excepcional, mas a cafeicultura dessas regiões é tradicional, com pouca mecanização e utilização intensiva de mão de obra.** A cafeicultura do Baixo Sul, Sul e Extremo Sul apresenta características de modernidade, e tem avançado muito, mas também possui suas dificuldades (SEAGRI, 2011, p. 7).

Esse diagnóstico mostrou que a cafeicultura do Planalto da Conquista carecia de avanços quanto à tecnologia aplicada na produção cafeeira e que a mão de obra utilizada na produção era o maior fator de gastos para a cafeicultura, sendo responsável por até 48% de seu custo total. Assim, para os empresários agrícolas, aumentar o grau de mecanização das lavouras dessa região seria torná-la cada vez mais competitiva no mercado, nem que para isso uma gama de trabalhadores fosse relegada ao desemprego.

Desse modo, em 2013, os cafeicultores conquistenses começaram a ampliar a utilização de máquinas nos cafezais (figura 2 e 3), principalmente das colheitadeiras, trazendo ao mesmo tempo avanços para a produção e sérios danos ao contingente de força de trabalho tradicionalmente absorvida pelas fazendas entre os meses de abril e setembro, no período da colheita. Agora, ao invés do trabalho braçal, bastante requerido nas décadas de 1970 a 1980, as máquinas estão cada vez mais presentes e em movimento nos cafezais.

Figura 2: Máquina colheitadeira sendo operada por trabalhadores em fazenda do Planalto da Conquista, em junho de 2015.



Fonte: Pesquisa de campo. Junho de 2015.

Figura 3: Máquina colheitadeira de café utilizada nas fazendas do Planalto da Conquista.



Fonte: Pesquisa de campo. Junho de 2015.

Para Silva e Pádua (2000), a mecanização das operações de colheita trata-se de um processo irreversível na cafeicultura, porque corresponde, em média, a 30% do custo da produção e a 40% da mão de obra empregada durante o ciclo produtivo. Segundo dados da pesquisa de campo, dentro do sistema produtivo do café do Planalto da Conquista a tecnificação procurou atingir de maneira mais contundente a colheita, pois a tentativa era a de diminuir os gastos e, por conseguinte, ampliar os lucros, uma vez que esta é a fase da produção que apresenta o custo mais elevado, algo em torno de 40% a 60%.

Segundo Lima (2011), a Lei nº 5.889/73, regulamentada pelo Decreto nº 73.626/74 do artigo 7º da Constituição Federal/1988, que assegura os direitos dos trabalhadores rurais, traz algumas exigências que tornam a colheita a etapa com maior custo dentro do processo produtivo do café, principalmente aquelas atinentes à estrutura física adequada dos alojamentos e refeitórios nas propriedades. Para esse autor, em comparação à colheita manual, a colheita mecanizada reduz em até 70% os custos da produção. Isso acontece porque na derriça manual grande parte dos gastos estão associados aos encargos sociais que são proporcionais ao tempo de colheita. Ou seja:

O custo da colheita mecanizada varia conforme a carga pendente da lavoura. Quanto maior a carga pendente, menor o custo da colheita. Na colheita manual (...) quanto maior a carga pendente, maior o período de colheita manual e maiores os gastos com os encargos sociais (LIMA, 2011, p. 5).

A máquina colheitadeira substitui até 200 homens e retira o maior número possível de frutos dos cafeeiros transferindo-os diretamente para uma caçamba que a acompanha ou em grandes sacos do tipo “*big bag*”, posteriormente recolhidos por tratores (figura 4). Em média, as colheitadeiras colhem 80 vezes mais (40 mil litros) que os homens, que, em um dia inteiro de trabalho, podem colher até 500 litros do produto.

Figura 4: Trator recolhendo o café colhido pela máquina colheitadeira em fazenda do Planalto da Conquista, em junho de 2015.



Fonte: Pesquisa de campo. Junho de 2015.

Não obstante, as máquinas ainda não conseguiram atingir seu grau total de eficiência, pois, na medida em que colhem, deixam alguns frutos dos cafeeiros para trás ou no chão, podendo haver relativa diminuição desse produto sobrando quando os produtores reorganizam as lavouras, adequando-as às necessidades do maquinário:

O café que sobra é aquele café que não maturou direito, sabe? Ou pode ser daqueles pés antigos que a gente não mudou ainda. Aí a máquina não consegue arrancar tudo. Mas é pouco o que fica. Não é muito, não. Aí a gente contrata umas dez mulheres daqui mesmo [município de Inhobim] só para catar esse restinho que fica. Com as novas roças, eu acredito que a gente não vai precisar mais de ninguém para catar (Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Para o recolhimento dos frutos que caem no chão, existem ainda máquinas específicas que arrastam o café de debaixo das plantas e que fazem o seu levantamento, separando-o das impurezas. Antes de esse maquinário ser utilizado, a força de trabalho humana também era requerida nesse tipo de serviço.

Concomitantemente aos avanços tecnológicos na produção cafeeira conquistense, verifica-se, como consequência, a intensa dispensa do proletariado rural do trabalho nos cafezais. A força de trabalho outrora utilizada, intermitente e desqualificada, vem sendo sobreposta pela ampliação da contratação de trabalhadores especializados (mecânicos, motoristas, tratoristas, operadores de máquinas, irrigação, beneficiamento, etc.). Ou seja, de uma atividade que absorvia grande contingente de trabalhadores em todo o seu processo produtivo, principalmente na fase da colheita, a cafeicultura do século XXI, dotada de tecnologia, tem promovido o aumento sem precedentes da precarização e do desemprego no campo.

Entre a mecanização e o desemprego no campo

Não é de hoje que a mecanização do campo vem modificando as relações de trabalho no meio rural. Desde as políticas de modernização da agricultura implementadas pelo Estado, na década de 1950, o que se observa é um movimento contínuo de substituição da força de trabalho humana por máquinas, isto é, do trabalho vivo pelo trabalho morto, que se torna muito mais complexo na atualidade em decorrência do momento predominante da reestruturação produtiva e acumulação flexível do capital.

Diante da incessante busca por maiores índices produtivos incorporados pelos diferentes setores da economia, o agronegócio brasileiro não poderia manter-se atrás e muito menos aquém de tais transformações. Isso porque, tradicionalmente, assume papel importante na produção de *commodities* para o mercado internacional, sendo obrigado a acompanhar toda a reorganização dos padrões produtivos impostos pelo capital em resposta à sua crise. Como resultado, passa a agregar de maneira expansiva tecnologias na produção, atingindo, sobremaneira, o universo laborativo rural, com a elevação do desemprego e enorme precarização do trabalhador.

O cenário que se esboça para as relações de trabalho no campo, hoje, é de relativo esvaziamento, pois o contingente de trabalhadores que antes era necessário para o plantio e colheita passa, em quantidade muito reduzida, a controlar máquinas. Em face disso, grande parte dessa força de trabalho descartada compõe, agora, o incomensurável contingente de miseráveis sem emprego, que, na condição de extrema pobreza, veem-se obrigados a se submeterem às mais diversas formas do trabalho precário, subempregos, trabalho análogo ao escravo, mendicância, marginalidade, etc.

Segundo Guimarães (2002), nos períodos de crise do capital, as primeiras medidas das empresas incluem a redução dos custos com a mão de obra. No caso da agricultura, como explicar o fato de que a imobilização de capital em máquinas tenha se tornado mais vantajosa do que a manutenção de relações de trabalho tipicamente precárias, em geral pouco onerosas para os patrões?

Para Monteclaro (2004, p. 2), mesmo a agricultura tendo a tradição de baixos salários e a predominância do trabalho intermitente, que por si só já limita muito dos direitos dos trabalhadores, a força de trabalho humana, quando comparada às máquinas, tem deixado de ser competitiva do ponto de vista capitalista. Segundo esse autor, isso acontece pelo fato de a tecnologia ser cumulativa em toda a cadeia produtiva mundial, porque, além de passar a produzir mais com um mesmo ou menor tempo de trabalho, o “computador e robô que tiram o emprego do metalúrgico, fabricam o trator e a colheitadeira mais baratos que tiram o emprego do boia-fria”. Assim, tudo gira em torno da diminuição dos custos e da ampliação das formas de acumulação do capital.

Não bastasse isso, Monteclaro (2004, p. 3) acrescenta que, para além da automação da indústria em que os preços desses equipamentos sofrem relativas baixas no mercado, a intensificação das tecnologias no campo vem se justificando pela

necessidade dos empresários agrícolas de se eximirem dos custos referentes à contratação de força de trabalho, tanto em termos de obrigações previdenciárias impostas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) quanto por despesas indiretas. Para essa acepção, o autor se baseou na declaração feita pelo presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia, que afirmou: “nas fronteiras agrícolas, para fugir das acusações de trabalho escravo, os produtores estão partindo para a mecanização. É muito caro manter toda uma estrutura como a cobrada pelo Ministério do Trabalho⁴”.

Depoimentos como esse do presidente da UDR também foram recorrentes em nossas pesquisas de campo. Alguns cafeicultores do Planalto da Conquista, quando questionados sobre os motivos que os levaram a mecanizar as lavouras, responderam:

O Ministério tava pedindo coisa demais. É chuveiro quente, é banheiro químico, é tanta coisa. É muito gasto. Aí a gente não cumpre algumas coisas, eles vêm aqui e mete a multa. Prefiro não arriscar mais. Comprei duas máquinas. Agora, eu uso as máquinas tanto aqui quanto lá na Barra do Choça. Bem melhor, não fico esquentando a cabeça. (...) Não tivemos opção, o jeito foi mecanizar. Eles [MTE] vinham aqui com uma lista de todo tamanho e a gente tinha que cumprir. Segundo eles tem que dar conforto pro pessoal [os trabalhadores]. Se facilitar, esse povo aqui que trabalha nessas roças tão tendo mais conforto do que eu na minha casa [risos].
(Cafeicultor de Vitória da Conquista. Entrevista concedida em Janeiro de 2016).

Muito embora esse discurso seja presente, defendido e disseminado pelos fazendeiros, é preciso ter cuidado em como absorvê-lo, pois ele não é em si mesmo a principal causa da intensa onda de mecanização que vem atingindo a agricultura conquistense nos últimos anos. Na verdade, essa aguda modernização resulta das estratégias do capital de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, ampliar a sua acumulação; advém da necessidade das empresas se tornarem competitivas uma vez que, se tratando de competição internacional, os investimentos em máquinas não seriam feitos se o custo das mesmas deixasse o negócio inviável. Dessa forma, os cafeicultores do Planalto da Conquista, bem como os empresários agrícolas em geral, ao mecanizarem as suas lavouras, estão empenhados apenas em competir e, em decorrência disso, aumentar as margens de lucros.

As máquinas, portanto, são consideradas pelos capitalistas como importantes instrumentos para a elevação dos índices produtivos e para o relativo descarte do trabalhador da produção. Com o acréscimo do contingente de trabalhadores supérfluos, o capital passa a obter maiores taxas de exploração da mais-valia intensificando a produtividade daqueles que estão empregados, de modo que mais trabalho passa a ser gasto por uma mesma ou menor quantidade de força de trabalho empregada. Ou seja, aqueles que ainda conseguem se inserir no mercado de trabalho, geralmente os trabalhadores precarizados, *part time*, temporários, etc., são pressionados a produzirem mais e em ritmo cada vez maior.

Nesse sentido, tendo em vista que as relações laborais rurícolas são tradicionalmente marcadas pela exploração, precariedade e intermitência, o conflito entre capital e trabalho no século XXI mostra-se ainda mais perverso quando materializado em relações de trabalho análogas à escravidão. Em meio à chamada modernização da agricultura, o trabalho arcaico aparece lado a lado do processo de tecnificação dos implementos e insumos agrícolas produzidos pelo/para o agronegócio, compondo uma paisagem social e econômica eminentemente contraditória.

Tabela 3: Ocorrências de trabalho análogo ao escravo no Planalto da Conquista

Mês/Ano	Município	Propriedade	Nº de trabalhadores nas denúncias	Libertos	Menores
Julho/2010	Barra do Choça	Fazenda Estância Cafezal	21	17	4
Junho/2013	Vitória da Conquista	Fazenda Sandalus	24	24	-
Julho/2013	Vitória da Conquista	Fazenda Sítio Novo	26	26	-
Julho/2014	Encruzilhada	Fazenda Serra Verde	32	32	-
Julho/2015	Encruzilhada	Fazenda Tereza	30	-*	-
Total			133	99	

Fonte: Comissão Pastoral da Terra – CPT (2010 – 2015) Organização: SANTANA, Aurelane Alves. Jun/2016

*A CPT não justifica a ausência de dado para o número de trabalhadores libertos na Fazenda Tereza, em Encruzilhada.

No Planalto da Conquista, apenas três municípios apresentaram casos de trabalho análogo à escravidão, relacionados com a atividade cafeeira. Segundo o banco de dados da CPT (2016) (tabela 3), desde o início dos anos 2000, foram constatadas em fazendas de Vitória da Conquista, Barra do Choça e Encruzilhadas um total de 5 ocorrências, com 133 trabalhadores envolvidos nas denúncias, 99 trabalhadores libertos e 4 menores em trabalho proibido.

É importante ressaltar o papel desempenhado pelo Estado diante dessa tendência desumanizadora incorporada pelo capital, que não se limita apenas em disponibilizar linhas de créditos e financiamentos, mas em fomentar uma série de ataques à classe trabalhadora. Na segunda década dos anos 2000, por exemplo, tornaram-se constantes as tentativas, principalmente da Bancada Ruralista, em criar, alterar e aprovar leis que mudam o conceito de trabalho análogo ao escravo em benefício dos grandes empresários. Além disso, o cadastro de empregadores que submetem trabalhadores à escravidão contemporânea, conhecido como Lista Suja do trabalho escravo, também tem sido alvo dos ataques dos congressistas e outros setores do governo, sendo a sua publicação, desde 2014, frequentemente suspensa.

Portanto, o que se tem em voga é um efetivo movimento de proteção da reprodução do trabalho precário e degradante legitimado pelo Estado no campo brasileiro, que aumenta a exploração do trabalho, deprime os níveis de vida da classe trabalhadora e impossibilita, dentre outras coisas, o predomínio da civilidade, equidade e justiça social no meio rural.

Os efeitos da reestruturação produtiva sobre o trabalho na cafeicultura do Planalto da Conquista

Segundo Silva (2004), os trabalhadores rurais são historicamente uma força de trabalho desqualificada e de direitos trabalhistas inconsistentes, que têm no trabalho no campo a sua principal fonte de sobrevivência. Para essa autora, trata-se, ainda, de sujeitos que compõem a massa dos excluídos da cidadania mesmo quando estão empregados, pois trazem nas suas histórias de vidas as marcas do trabalho precário.

No campo de Vitória da Conquista, embora o *boom* das máquinas tenha ocorrido nos anos 2000, a situação de vida dos trabalhadores começou a se agravar em meados da década de 1990, quando o capital agrário ampliou as suas formas de acumulação,

reestruturando os padrões de produção e organizando um novo modelo produtivo para o campo. Nesse momento, as antigas estruturas produtivas passaram a dar lugar a uma agricultura científica de referência planetária, com reflexos destrutivos para a classe trabalhadora.

Como é sabido, o capital em todo o seu processo de acumulação procura agredir perversamente a sua fonte primeira de valor: o trabalho. Para tanto, faz uso de todo e qualquer elemento que contribua para a ampliação da extração da mais-valia. É nesse sentido que Thomaz Jr. (2009, p. 24) considera o progresso tecnológico como sendo o responsável por dar forma a esses elementos de dominação do capital sobre o trabalho, pois

a incorporação do progresso técnico-científico nada mais é do que a adoção do progresso das técnicas capitalistas de produção como um dos elementos de dominação do capital sobre o trabalho, ou mais especificamente, a explicitação da subsunção real do trabalho no capital, como alternativa para o desenvolvimento das relações capitalistas. Representa, então, um progresso do processo de valorização do capital, a partir do momento que permite incrementar a extração de mais-valia.

No Planalto da Conquista os impactos da utilização dos implementos agrícolas modernos sobre o trabalho começaram a ocorrer nos anos de 1990 e mais acentuadamente a partir dos anos 2000, quando os cafeicultores passaram a adquirir maquinários de ponta em suas lavouras e, conseqüentemente, a dispensar parte significativa dos trabalhadores que outrora fora essencial no processo produtivo do café.

Tabela 4: Número de tratores e colheitadeiras agrícolas segundo os estabelecimentos agropecuários - Microrregião de Vitória da Conquista – Planalto da Conquista (1970-2006)

Ano	Estabelecimentos	Tratores	Estabelecimentos	Colheitadeiras
1975	242	272	9	14
1980	734	969	5	6
1985	705	952	15	16
1995-96	937	1 243	42	48
2006	957	1 271	86	253

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006)
Organizado pela autora.

Como observado na tabela 4, entre os anos de 1975 e 2006, a aquisição de tratores e máquinas colheitadeiras no Planalto da Conquista teve um aumento muito superior a 100%, assim como cresceu, também, o número de estabelecimentos que

adquiriram tais aparatos. Somente em 2006, 957 estabelecimentos apresentaram um total de 1.271 tratores, e 86 estabelecimentos, 253 colheitadeiras. Foi constatado em pesquisa de campo, que muitas das máquinas utilizadas na região a partir dos anos 2000 eram, em sua maioria, alugadas de outros estados, como Minas Gerais por exemplo. Em 2013, no entanto, foi constatado, através da pesquisa de campo, que o aumento na aquisição de máquinas na região tem provocado a dispensa permanente de força de trabalho humana do ciclo produtivo cafeeiro.

Tabela 5: Pessoal ocupado em atividades agropecuárias - Microrregião de Vitória da Conquista – Planalto da Conquista (1970-2006)

Ano	Estabelecimentos	Homens	Mulheres	Total
1970	14 147	50 302	34 203	84 505
1975	14 825	55 432	45 242	100 674
1980	17 934	60 750	42 543	103 293
1985	23 172	77 252	48 596	125 846
1995-96	24 811	64 271	41 219	105 490
2006	27 911	47 514	26 306	73 820

Fonte: Censo Agropecuário - IBGE (2006)
Organizado pela autora.

No que se refere ao número de pessoal ocupado no campo do Planalto da Conquista, no decorrer das décadas de 1970 e 1980 a cafeicultura absorveu um contingente significativo de trabalhadores em todas as fases de seu ciclo produtivo, principalmente em tempos de colheita. Tal crescimento pode ser verificado na análise dos dados do Censo Agropecuário (2006) (tabela 5), nos quais, o número total de trabalhadores empregados no campo dessa região, em 1970, correspondeu a 84.505, e, em 1985, a 125.846 trabalhadores, um aumento equivalente a 33% de empregados entre esses anos.

A grandiosidade da absorção de força de trabalho pela cafeicultura nesse período se expressa, ainda, nas falas de alguns ex-trabalhadores do café⁵ da região, que deixam explícito como era intenso o fluxo de pessoas nos povoados e vilas, sobretudo em época de colheita:

Vinha muita gente de fora colher café pra trabalhar nessa região. O pessoal da região de Bate Pé⁶, que nessa época de colheita não tinha muito trabalho por lá, vinha pra cá e ficava alojado nas fazendas. Então, tem muita fazenda aqui por perto que tem alojamento que é maior que esse povoado.

(Ex-trabalhador do café 1. Entrevista concedida em Junho de 2015).

Eu mexi com comércio há muito anos. Eu lembro o que era o comércio aqui há vinte anos. Para você ver o paradeiro que está aqui hoje. A moeda aqui circulava, porque vinha muita gente de fora colher café, para trabalhar nessa região. Essa época era pra tá cheio de gente aqui trabalhando e consumindo.

(Ex-trabalhador do café 2. Entrevista concedida em Junho de 2015).

De acordo com os dados da tabela 4 e 5 e daqueles obtidos em trabalho de campo, a situação de vida dos trabalhadores começou a se agravar drasticamente em meados da década de 1990, quando o capital ampliou as suas formas de acumulação reestruturando os padrões de produção e organizando um novo modelo produtivo para o campo. Nesse momento, as antigas estruturas produtivas agrícolas passaram a dar lugar a uma agricultura científica de referência planetária.

A partir dos anos de 1995-1996 (tabela 5), houve um decréscimo significativo do número total de pessoal ocupado no campo do Planalto da Conquista em comparação ao ano de 1985: de 125.846 para 105.490 (redução equivalente a 16%). Essa diminuição do número de pessoal ocupado continuou em 2006, com a eliminação de 31.670 postos de trabalho desde 1995-1996 (queda correspondente a 30%). Observa-se, ainda, que arrefecimento dos postos de trabalho coincide exatamente com o momento do aumento do número de tratores e máquinas colheitadeiras na região (tabela 4).

Como resultado do processo de avanços técnico-científicos na cafeicultura, há um intenso movimento de desrealização do trabalho que se materializa sob a forma do desemprego; esse fenômeno social, difuso e heterogêneo tem afetado, em grandes proporções, a reprodução da vida de centenas de homens e mulheres do campo conquistense, que já não conseguem mais se empregar nesse tipo de atividade e se submetem a todo e qualquer serviço para simplesmente salvaguardarem a própria existência:

Eu não tenho muito o que fazer não. Às vezes eu invento de fazer uma unha das meninas ou, então, tento arrumar um serviço de doméstica lá em Conquista. (Ex-trabalhadora do café 1. Entrevista concedida em janeiro de 2016).

Inté semana passada eu tava em São Paulo mais meus meninos. Eles tão todos lá. Aqui num tem trabalho, né. Aqui tá parado. O café que dava um movimento antes, mas nem isso mais. Eles tão bem lá, uma é cabelereira e o outro trabalha na loja da Marisa. Quando eu vou pra lá eu arrumo serviço de diarista. (Ex-trabalhador do café 3. Entrevista concedida em junho de 2015)

Segundo Silva (2004), o atual estágio definido pelo uso de intensa tecnologia na produção representa um momento que se caracteriza pela ação de várias forças antagônicas. A superexploração, o controle da força de trabalho e a exclusão de significativa parcela de trabalhadores dos processos produtivos decorrem dos avanços na base técnica da produção capitalista e compõem esse momento de esfacelamento social vivenciado pelos trabalhadores.

Nessa perspectiva, a incessante busca pelo aumento exponencial da produtividade traz em seu bojo uma nova divisão territorial e social do trabalho rural, potencializando a exclusão social e as desigualdades sociais. De acordo com Antunes (1995), deve-se considerar que, no capitalismo, competitividade e produtividade contribuem efetivamente para o desemprego crônico e para a geração de uma sociedade de excluídos e sujeitos precarizados.

Dessa forma, é importante salientar que o agronegócio não faz referência somente à produção agropecuária, ele ultrapassa o conceito do crescimento agrícola e do aumento da produtividade e se constitui, ainda, de uma rede de elementos que deprime a classe trabalhadora. Além disso, como aponta Elias (2006), é responsável por promover o aprofundamento da concentração de terras, da oligopolização do setor e da fragmentação do espaço rurícola.

Considerações finais

Os rebatimentos do complexo da reestruturação produtiva para os trabalhadores rurais podem ser percebidos através das mediações que permitem a monopolização e a territorialização do capital no campo. A mecanização da agricultura, a apropriação da renda da terra pelo capital e a falta de políticas públicas garantem a reprodução capitalista na sua forma mais avançada, tendo no agronegócio a representação mais expressiva de riqueza apropriada pelas classes hegemônicas, da concentração fundiária, da extração da renda da terra, da mecanização dos cultivos e da precarização dos trabalhadores que vivem da terra (THOMAZ JR., 2004).

Com o aprofundamento da divisão social e técnica do trabalho, muitos dos sujeitos desempregados pelas máquinas no campo estão engrossando o contingente de trabalhadores pobres da periferia das cidades, sobrevivendo nas condições de

subempregados, subcontratados, precarizados, escravos, informais, flexibilizados, etc., quando não na marginalidade; isto é, juntam-se à massa que vivencia o crescimento sem precedentes dos empregos instáveis, das atividades informais, da negação de seus direitos, da ampliação da exploração na divisão sexual do trabalho, da exclusão de jovens e idosos no mercado de trabalho, do trabalho análogo ao escravo, etc.

Além disso, baseando-se nas acepções de Silva (2004), há uma ligação estreita entre o processo de modernização e a mobilidade de milhares de pessoas que procuram nos deslocamentos espaciais uma alternativa de sobrevivência por meio do trabalho; de pessoas que veem na mobilidade do trabalho uma forma de garantir o sustento de sua família vendendo a sua força de trabalho mesmo que de maneira intermitente e precária. Esse fato se evidenciou no Planalto da Conquista quando, em 2014, vários ônibus com trabalhadores rurais saíram em direção ao Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, onde a mecanização das lavouras ainda é restrita⁷. Nesse mesmo ano, muitos casos de trabalho análogo ao escravo foram constatados pelo MTE na cafeicultura deste último estado⁸.

Diante do aumento no uso de máquinas na produção de café do Planalto da Conquista, o que se observa nas terras conquistenses nos últimos anos é um cenário crescente de desemprego embrenhado com a eminente reprodução de trabalhos cada vez mais precários, degradantes e análogo ao escravo. O panorama instaurado na região é de homens e mulheres que vivem o medo do desemprego em sua forma material, concreta, e que sentem na pele a miséria e a fome. Para não morrerem, submetem-se a qualquer condição de trabalho. No geral, trata-se de sujeitos que abrem mão de seus próprios direitos e de sua consciência política, pois, o que os mantém de pé, gira em torno da tônica da necessidade de estarem empregados ou subempregados.

Ante essa conjuntura, salienta-se que, embora o trabalho abstrato tenha por finalidade a criação de mercadorias para a valorização do capital, ele acaba se tornando, dentro da lógica do modo de produção e de sociabilidade capitalista, imprescindível para a reprodução da vida dos trabalhadores (ANTUNES, 2005). Desse modo, com a vigência do desemprego estrutural, os trabalhadores acabam por se submeterem às mais severas formas de exploração imposta pelo capital simplesmente para salvaguardarem a própria existência.

Notas:

¹ Esse texto integra parte da dissertação “Crise do trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista – Bahia”, defendida em agosto de 2016, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior.

² Os depoimentos que constam nesse texto foram colhidos no ano de 2016, em trabalho de campo realizado para a elaboração da nossa dissertação de mestrado. No intuito de preservar os sujeitos da pesquisa, nos referiremos aos mesmos de acordo com a função que exercem/representam na cafeicultura do Planalto da Conquista.

³ Essa região produz o café Arábica, apresentando elevados custos produtivos, se comparada com a produção da espécie Conilon.

⁴ Lei 05889, de 1973 – Trabalho Rural; NR31 – Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura; CLT – Decreto – Lei N° 5.452, de 1° de maio de 1943.

⁵ Consideramos como ex-trabalhadores e ex-trabalhadoras do café todos aqueles sujeitos que, devido à intensa mecanização da produção nas fazendas cafeeiras do Planalto da Conquista, já não conseguem mais se empregar nesse tipo de atividade. Na identificação dos depoimentos presentes no texto, usamos tal denominação, acrescida de números, para diferenciá-los.

⁶ Distrito de Bate Pé, zona rural de Vitória da Conquista.

⁷ Isso se deve às especificidades do relevo. Nessas áreas, os relevos são, geralmente, acidentados, o que dificulta o processo de mecanização das lavouras.

⁸ Ver reportagem “Espírito Santo é o 2° estado com mais flagrantes de trabalho análogo ao escravo”, disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2014/08/es-lidera-numero-de-casos-de-trabalho-analogo-ao-escravo.html>. Acesso em: junho de 2016.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo. Cortez, 1995.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

CEPLAB. **Penetração do Café na Bahia. Salvador, Bahia.** 1979, p. 19.

_____. **Centro de Planejamento da Bahia, Salvador, Bahia.** 1979.

DUTRA NETO, Claudionor. **Desenvolvimento regional e agronegócio.** Vitória da Conquista, Bahia: UESB, 2007. 188p.

ELIAS, Denise. **Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na região de Ribeirão Preto (SP).** Tese de Doutorado. Departamento de Geografia. FFLCH. USP. São Paulo, 1996.

GUIMARÃES, Marlene Maria Moreira. **Crise, reestruturação produtiva e trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras.** Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía e Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (62). 1 de agosto de 2002.

LIMA, Matheus Vicente. **Colheita mecanizada do café em propriedade da região do Planalto da Conquista**: aspectos estruturais e econômicos. Pós-Graduação lato sensu em Gestão da Cadeia Produtiva de Café com ênfase em Sustentabilidade, UESB, 2011.

MONTECLARO, Lauro. **Tecnologia provoca segunda onda de desemprego no campo**. 2004. Disponível em: www.midiaindependente.org. Acesso em maio de 2016.

ORTEGA, Antonio César; JESUS, Clesio Marcelino de. **A modernização da atividade cafeeira e seus impactos na estrutura produtiva e sobre o pessoal ocupado no território café do cerrado**. 48º Congresso Sober. Sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural. 25 a 28 de julho de 2010.

PÁDUA, Tassiana de Souza; SILVA, Fábio Moreira da; QUEIROZ, Daniel Pimenta. **Análise comparativa de custos para colheita de café mecanizada, semi-mecanizada e manual**. Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil. Ano 2000.

SANTANA JUNIOR, Isaias Matos de. **A economia cafeeira e seus reflexos socioeconômicos no Planalto da Conquista – Bahia**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, 2012.

SEAGRI. Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Diagnóstico e propostas para a cadeia produtiva do café da Bahia**. 40 p il. Bahia, 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Se eu pudesse eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, Ricardo. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-77.

SOARES, Venozina de Oliveira. **A territorialização da cafeicultura no Planalto da Conquista/Bahia**: transformações e contradições no espaço agrário. Dissertação em Geografia. São Cristóvão: UFS – NPGeo, 2008.

THOMAZ JR. Antônio. **Reestruturação produtiva do capital no campo no século XXI e os desafios para o trabalho**. Pegada. Vol. 5. Nº 1 e 2. Novembro, 2004.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)/ Antônio Thomaz Júnior. São Paulo, 2009.

Recebido em 24/07/2017.

Aceito para publicação em 29/05/2018.